

III Conferência Internacional para a Inclusão 2015

Livro de atas

INCLUDiT

International Conference
for Inclusion

Livro de Atas da III Conferência Internacional para a Inclusão - INCLUDiT

Ficha técnica

Título

Livro de atas da III Conferência Internacional para a Inclusão 2015

Organizadores

Carla Sofia Freire

Catarina Mangas

Célia Sousa

Edição

Centro de Investigação em Inclusão e Acessibilidade em Ação - iACT

Centro de Recursos para a Inclusão Digital – CRID

Mestrado em Comunicação Acessível

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – ESECS

Instituto Politécnico de Leiria - IPLeia

Projeto gráfico

Carlos Silva

ISBN

978-989-8797-07-0

Acessibilidade escolar: o caso da Escola Secundária Pinheiro e Rosa em Faro

Sandra Pinto (Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, Universidade do Algarve, Escola Superior de Educação e Comunicação)

Manuela Rosa (Professora Coordenadora da Universidade do Algarve, Instituto Superior de Engenharia)

Resumo:

A escola inclusiva defende que todos os alunos devem possuir os mesmos direitos e as mesmas igualdades de oportunidades, independentemente das suas dificuldades e características. Os paradigmas sociais e educativos mostram que a escola deve garantir o sucesso educativo de todos os seus alunos e a sua autonomia em termos de mobilidade. Neste contexto os fatores ambientais assumem uma importância relevante no modelo biológico-químico-social da deficiência.

Há por isso que garantir que as escolas inclusivas sejam adaptadas às diversas necessidades dos alunos. No presente estudo, focaliza-se a atenção para os que utilizam cadeira de rodas para se deslocarem.

Apresenta-se neste estudo uma proposta metodológica de análise e diagnóstico da acessibilidade física escolar, através da construção de parâmetros de desempenho, com base na legislação atualmente em vigor, o Decreto-lei nº 63/2006 de 8 de agosto. Esta metodologia foi aplicada a uma escola secundária localizada na cidade de Faro.

O diagnóstico efetuado permitiu averiguar que a escola tem vindo a potenciar a acessibilidade aos seus edifícios e à sua envolvente, apesar de carecer de algumas melhorias arquitetónicas para a tornar plenamente acessível.

Palavras-chave: Inclusão, Deficiência Motora, Acessibilidade Arquitetónica

Abstract:

The inclusive school believes that all students should have the same rights, regardless their difficulties and characteristics. The social and educational paradigms shows that the school should ensure the educational success of all students and their autonomy in terms of mobility. In this context the environmental factors assumed a relevant importance in the biological-chemical-social model of disability.

Therefore one must ensure that inclusive schools are architecturally adapted to the diverse needs of students, for whom our attention is focused in this study, on those holding physical disabilities and using wheelchair to move.

It is presented in this study a methodology of analysis and diagnosis of school physical accessibility was developed by building performance parameters, based on the current legislation "Decreto-lei nº 63/2006 de 8 de Agosto". This methodology was applied to a high school located in Faro.

With the result of the diagnosis it was possible to verify that the school has been enhancing the accessibility of the school buildings and their surroundings, though lacking of some architectural improvements to make it fully accessible.

Keywords: Inclusion, Motor Disability, Architectural Accessibility

1. Introdução

A inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais na escola regular tem um passado recente e tem vindo a exigir novos desafios que incluem a formação e a qualificação de professores e técnicos, inovação tecnológica, adaptação dos espaços físicos para garantir condições de acessibilidade, entre outros.

Em Portugal somente nas últimas duas décadas, a acessibilidade aos espaços físicos foi devidamente legislada. No entanto, muitos dos estabelecimentos de ensino regular ainda não se encontram acessíveis na sua plenitude, impossibilitando o acesso do aluno com deficiência motora, aos espaços onde se desenvolvem as aprendizagens curriculares e aos espaços interrelacionais, que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento social e emocional de qualquer aluno.

Assim, o principal objetivo do presente estudo é desenvolver uma proposta metodológica de análise e diagnóstico da acessibilidade aos edifícios escolares, através da construção de listas de parâmetros de desempenho que avaliem as condições de acessibilidade urbanística e arquitetónica de acordo com o Decreto-lei nº 163/2006 de 8 de agosto.

Esta metodologia é validada numa escola específica, a Escola Secundária Pinheiro e Rosa, localizada na cidade de Faro, com o intuito de entender como se processa a inserção de um aluno com deficiência motora, no espaço escolar.

2. Evolução dos paradigmas sociais e educativos, rumo a uma educação inclusiva

Cada época histórica é representada por uma cultura flexível e mutável, permitindo gradualmente a construção de novos valores e conceitos (Martins, 2005).

No final do século XIX e durante grande parte do século XX, o conceito de “deficiência” era ainda baseado num modelo individualizado e médico, e a participação da pessoa com deficiência na sociedade dependeria somente do seu esforço de adaptação (Costa et al., 2006). Surgem instituições destinadas ao tratamento de pessoas com deficiência, mas a sua intervenção era somente dirigida ao indivíduo, que era desenraizado da sua família biológica, e institucionalizado muitas vezes para a vida. O ensino e a formação individual eram descorados (Monteiro, 2011) e formalizou-se o Paradigma da Institucionalização (Aranha, 2001).

O conceito de “normalização” vem associado a um novo paradigma social, o Paradigma de Serviços, baseado no conceito de “integração” e que permitiu o acesso ao sistema de saúde e à educação especial por

INCLUDIT III

parte da pessoa com deficiência. Surgiu, assim, o conceito de "Educação Especial", que considerava que a normalização deveria ser adotada como modalidade de educação, oferecida, preferencialmente, na rede regular, sendo esta visionada como a possibilidade da pessoa com deficiência desenvolver uma vida o mais normal possível (Sousa, 2009).

A partir da década de 80 do século XX começa a surgir na sociedade a necessidade de garantir o acesso a todos e não somente providenciar os serviços e os recursos necessários às pessoas com deficiência. Este acesso não está somente restrito à educação e saúde, sendo mais globalizante e abrangente. A cidade, enquanto espaço físico de promoção de cidadania, tem que permitir o acesso a todos os espaços: culturais, recreativos, educativos, etc. e providenciar os meios sociais que o possibilitem. Surge assim um terceiro e atual paradigma, denominado Paradigma de Suporte (Aranha, 2001).

Segundo este paradigma, os suportes são instrumentos que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência na sociedade e têm como função favorecer o processo de ajuste, que deve ser mútuo, entre a sociedade e a pessoa com deficiência. Esta tem direitos e deveres como os demais cidadãos e a sociedade deve implementar as acessibilidades necessárias à sua completa cidadania, num processo de inclusão social.

3. Regime jurídico nacional da acessibilidade

A nível nacional, desde a década de 80 do século XX, que foi sendo publicada legislação, normas e diretrizes, tendo por alvo a acessibilidade dos edifícios. O Decreto-lei nº 123/97 de 22 de maio tornou obrigatória a adoção de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitetónicas e urbanísticas, em edifícios públicos, equipamentos coletivos e via pública, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada. Este decreto já contemplava a necessidade de intervenção a nível das instalações escolares, no entanto os efeitos práticos deste decreto apenas se fizeram sentir nos projetos das novas construções.

A 8 de agosto de 2006, é revogado através do Decreto-lei nº163/2006. Este define os princípios de acessibilidade em espaços construídos e aprova o regime de acessibilidade, não somente dos edifícios e estabelecimentos que recebem público e via pública, mas também de edifícios habitacionais. Acrescenta ao anterior algumas inovações como a melhoria dos mecanismos fiscalizadores, dotando-os de maior capacidade sancionatória. Também este decreto faz referência aos edifícios escolares e considera a acessibilidade das pessoas com deficiência a nível motor, definindo uma largura mínima dos corredores e um acesso alternativo às escadas.

4. Metodologia de análise e diagnóstico da acessibilidade escolar

No presente estudo desenvolve-se uma metodologia de análise e diagnóstico da acessibilidade física escolar, que permite averiguar e avaliar os constrangimentos e as barreiras que os alunos com deficiência se deparam quando se deslocam para os edifícios escolares e no seu interior. Estão subjacentes soluções e melhorias que possam ser passíveis de realizar, com o intuito de reabilitar e proporcionar a sua funcionalidade. Para o efeito elaboraram-se listas de verificação de um conjunto de parâmetros, referentes aos espaços físicos interiores e exteriores. Os parâmetros foram identificados a partir do Decreto-lei nº 163/2006 de 8 de agosto. As listas correspondem a tabelas de análise técnica, que permitem avaliar a conformidade dos espaços através de parâmetros a serem observados, sendo classificados com as opções "Conforme", "Não conforme" e "Não aplicável" (NA). Com estas tabelas pretendeu-se identificar os principais problemas e quais as áreas passíveis de intervir conforme se exemplifica na tabela 1.

5. Estudo de caso da acessibilidade da Escola Secundária Pinheiro e Rosa no concelho de Faro

No presente estudo de caso pretendeu-se fazer a avaliação da acessibilidade de uma escola da cidade de Faro, a Escola Secundária Pinheiro e Rosa, recorrendo à metodologia desenvolvida anteriormente. Trata-se da única escola secundária desta cidade, que não esteve sujeita à recente reestruturação do Parque Escolar, tendo sido construída antes da legislação atual se encontrar em vigor. Outra das razões pela escolha desta escola foi mostrar que é possível que uma escola se adapte a todo o tipo de necessidades.

INCLUIII III

Tabela 2 – Exemplo da lista de parâmetros de análise da acessibilidade de edifícios para átrios, corredores e escadas

Norma Dec.-lei n° 163/2006	Parâmetros	Valores Recomendados	Conforme Não Conforme Não Aplicável	Obs.
Capítulo 2 – Edifícios e estabelecimentos em geral				
2.2. Átrios	Zona de manobra de uma cadeira de rodas, do lado exterior das portas de acesso aos edifícios (d – diâmetro) (2.2.1.)	d ≥ 1,5 m Rotação de 360°		
	Zona de manobra de uma cadeira de rodas, nos átrios interiores (2.2.2.)	d ≥ 1,5 m Rotação 360°		
	Largura da porta de entrada/saída dos edifícios (2.2.3.)	≥ 0,87 m		
2.3. Patamares, galerias, corredores	Largura dos patamares, galerias e corredores (2.3.1.)	≥ 1,2 m		
	Largura de troços de patamares, galerias, corredores com comprimento ≤ a 1,5m , sem acesso a portas laterais ou espaços acessíveis (2.3.2.)	≥ 0,9 m		
	Zona de manobra se a largura dos patamares, galerias, corredores for inferior a 1,5m (2.3.3.)	d ≥ 1,5 m Rotação 360°		
	Altura dos corrimãos nos patamares, galerias, corredores (2.3.4.)	0,9 m		

Fonte: adaptado do DL 163/2006

A escola é acessível por transportes públicos e por transporte motorizado próprio, e detém dois lugares de estacionamento reservados a pessoas com deficiência localizados na sua entrada principal.

Esta escola dispõe de seis blocos interligados entre si e com um primeiro andar, constituindo um único edifício principal, instalações desportivas, zonas verdes e espaços de lazer e recreio (figura 1).



Figura 1 - Localização dos edifícios e blocos da Escola Secundária Pinheiro e Rosa

Fonte: Adaptado da planta da escola fornecida pela Direção do Agrupamento

Para efetuar a avaliação dos parâmetros efetuou-se um reconhecimento do local, através de várias visitas, realizadas durante os meses de abril a outubro de 2014. Os instrumentos utilizados foram uma fita métrica,

INCLUI III

para medir, uma máquina fotográfica, para registo das ocorrências observadas e as listas de parâmetros de análise da acessibilidade física. Após o preenchimento das listas, procedeu-se à síntese da informação, através de tabelas síntese que refletem a conformidade ou não dos parâmetros de acessibilidade encontrados, conforme se exemplifica na tabela 2. Optou-se por atribuir a cor vermelha à não conformidade e a cor verde à conformidade. Sempre que o mesmo parâmetro não se aplica, atribui-se a sigla NA.

Tabela 3- Síntese da análise dos átrios do edifício principal

Fonte: elaboração própria a partir do DL 163/2006

Parâmetro	Conforme / Não conforme / Não aplicável												
	Aep	A ₁	A ₂	A ₃	A ₄	A ₅	A ₆	A ₇	A ₈	A ₉	A ₁₀	A ₁₁	A ₁₂
Zona manobra 360º de uma cadeira de rodas, do exterior das portas de acesso aos edifícios (2.2)													
Zona manobra 360º de uma cadeira de rodas, nos átrios interiores (2.2.)													
Largura porta de entrada/saída dos edifícios (2.2)													
Altura dos ressaltos no piso que possam existir (4.9)													

■ Conforme ■ Não Conforme

Também foram identificados os elementos urbanísticos dos espaços exteriores (figura 2) procedendo-se à sua análise em termos de acessibilidade urbanística.



Figura 2 - Identificação dos elementos urbanísticos dos espaços exteriores à escola e aos edifícios

Fonte: Elaboração própria

INCLUI T III

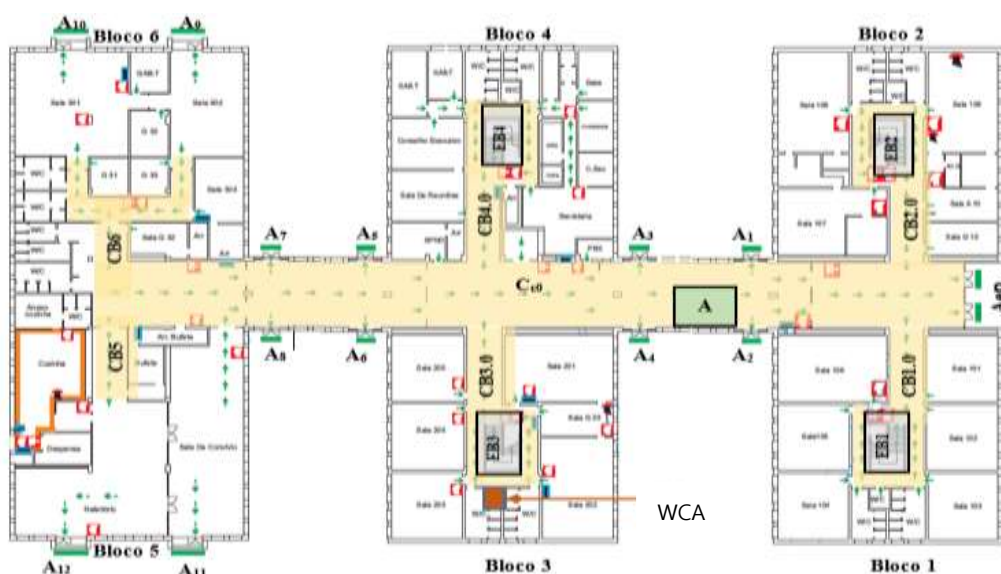
Os passeios adjacentes à escola dispõem de largura suficiente e todo o mobiliário urbano encontra-se colocado numa faixa paralela ao passeio. O pavimento apresenta-se, no geral, irregular.

Os dois lugares de estacionamento para pessoas com deficiência estão sinalizados, encontram-se localizados no percurso acessível mais curto, mas não apresentam as medidas mínimas adequadas nem acesso lateral de circulação.

Relativamente às três passagens de peões de superfície, somente a PS3 apresenta a altura do lancil rebai-xado inferior a 0,02 m. Em relação à inclinação do pavimento na direção da travessia e na direção do lancil, só a PS1 se encontra dentro dos parâmetros pretendidos. Nenhuma delas apresenta rampeamento com tex-tura e cromatismo diferenciado do passeio.

As rampas de acesso ao edifício principal (R1 e R2) encontram-se dentro dos valores legislados, já as rampas de acesso ao pavilhão desportivo (R3) e aos balneários exteriores (R4) possuem uma inclinação superior ao pretendido, respetivamente 20% e 15%, não sendo por isso acessíveis.

Os elementos arquitetónicos do edifício principal foram identificados e analisados (figura 3 e 4).



Legenda:

Aep – Porta de acesso ao edifício principal; A_{1 a 11} – Portas de acesso aos edifícios; CB_{1.0} – Corredor do bloco 1 (piso 0); CB_{2.0} – Corredor do bloco 2 (piso 0); CB_{3.0} – Corredor do bloco 3 (piso 0); CB_{4.0} – Corredor do bloco 4 (piso 0); CB₅ – Corredor do bloco 5; CB₆ – Corredor do bloco 6; Cc₀ – Corredor central (piso 0); A – Ascensor; EB_{1 a 4} – Escadas dos blocos; WCA – Instalação sanitária acessível; WC – Outras instalações sanitárias não acessíveis

Figura 3 - Identificação dos elementos arquitetónicos do edifício principal (Piso 1)

Fonte: Elaboração própria

INCLUIÇÃO III



Legenda:

CB_{1.1} – Corredor do bloco 1 (piso 1); CB_{2.1} – Corredor do bloco 2 (piso 1); CB_{3.1} – Corredor do bloco 3 (piso 1);
CB_{4.1} – Corredor do bloco 4 (piso 1); Cc₁ – Corredor central (piso 1); EB_{1 a 4} – Escadas dos blocos

Figura 4 - Identificação dos elementos arquitetônicos do edifício principal (Piso 0)

Fonte: Elaboração própria

Todos os átrios do lado exterior e do lado interior das portas de acesso ao edifício principal permitem a inscrição de uma zona de manobra, para uma rotação de cadeira de rodas de 360°, à exceção dos átrios A9, A10, A11 e A12. Todas as portas de acesso possuem uma altura de ressalto superior a 0,02 m, tornando-as inacessíveis, à exceção das portas do átrio Aep.

Todos os patamares, galerias e corredores são acessíveis e possuem um piso com uma superfície estável, durável, firme e contínua, sem juntas.

Em relação às escadas existentes no edifício principal, todas possuem patamares superiores e inferiores com uma profundidade superior ao legislado e as larguras dos lanços, patins e patamares encontram-se dentro dos valores pretendidos. Em relação à profundidade dos patins intermédios, todas as escadas apresentam os valores recomendados. Os degraus são constantes ao longo do lanço e têm a profundidade legalmente exigida. Não possuem faixas antiderrapantes, nem elementos salientes, arestas vivas ou extremidades projetadas para fora. Todas as escadas possuem corrimãos de ambos os lados mas não são contínuos ao longo das escadas e a altura não é a adequada. A largura da superfície de prensão em todos não é a pretendida e a mesma não facilita o deslizamento da mão. De uma forma geral, nenhuma escada é plenamente acessível.

INCLUDIT III

A escola possui um ascensor, que foi implementado mais de uma década depois da construção da escola, mas não é totalmente acessível pois os parâmetros relativos à largura e profundidade da cabina não são adequados.

No edifício principal a única instalação sanitária acessível encontra-se no bloco 3, no piso 0 e serve o sexo masculino e o feminino, não é plenamente acessível, nem se encontra identificada. A altura da sanita não corresponde ao parâmetro adequado, no entanto, a zona livre de acesso de um dos lados e na parte frontal possui largura suficiente, o mesmo não se verificando com o seu comprimento. As barras de apoio à sanita não possuem comprimento, largura e altura suficientes e não são rebatíveis na vertical, para permitir a transferência de uma pessoa da cadeira de rodas para a sanita. O lavatório possui uma zona livre com aproximação frontal com largura e comprimento adequados, o mesmo não acontecendo com a altura. As torneiras não são do tipo monocomando e acionadas por alavanca, pelo que é muito difícil serem operadas com uma mão fechada. O espelho que se encontra por cima do lavatório é fixo na posição vertical mas a altura relativamente ao piso não é adequada.

Todas as portas possuem largura e altura útil dos vãos de porta dentro dos valores legislados. Possuem dimensões de zonas de manobra nas portas de batente adequadas mas os seus puxadores não são acessíveis. Os únicos acessíveis são os da sala de convívio e do refeitório, localizados no bloco 5.

Foram ainda identificados e analisados os elementos arquitetónicos do pavilhão (figura 5).

INCLUIÇÃO III

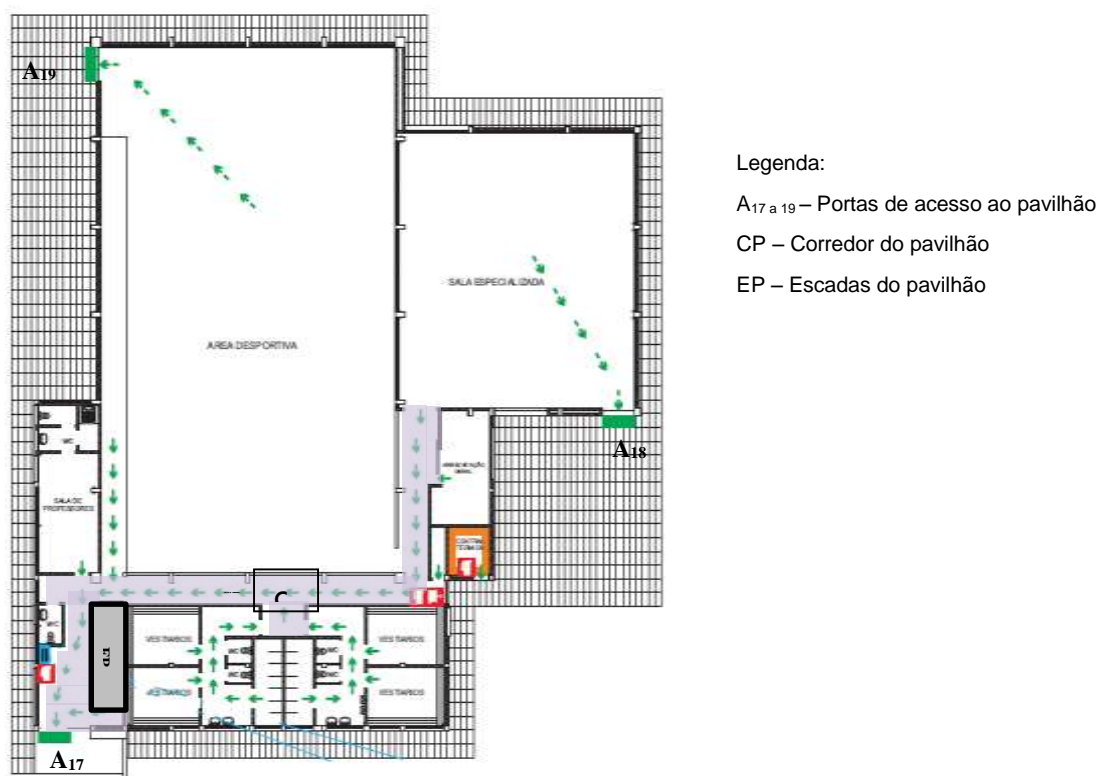


Figura 5 - Identificação dos elementos arquitetônicos do edifício do pavilhão

Fonte: Elaboração própria

Todos os átrios do lado exterior e do lado interior das portas de acesso ao pavilhão desportivo permitem a inscrição de uma zona de manobra. O átrio A17 possui uma altura de ressalto superior ao adequado.

Os corredores existentes no pavilhão são totalmente acessíveis.

O pavilhão possui uma escada para a parte superior. Os degraus possuem uma faixa antiderrapante e não apresentam elementos salientes, arestas vivas ou extremidades projetadas para fora, mas as suas dimensões não são as adequadas. A escada possui nos dois lados corrimãos contínuos e com a altura pretendida. A largura da superfície de preensão não é a adequada e a mesma não facilita o deslizamento da mão.

Todas as portas do pavilhão desportivo possuem largura e altura útil dos vãos, bem como zonas de manobra adequadas. A porta da sala de professores não possui o puxador adequado e as portas das instalações sanitárias não possuem puxador, abrindo ao simples passar da pessoa.

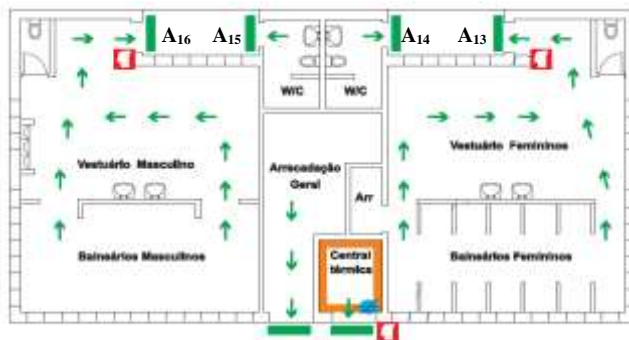
As instalações desportivas do pavilhão não possuem nenhuma instalação sanitária acessível.

INCLUDiT III

As bases de duche apesar de permitirem a entrada para o seu interior, de um aluno em cadeira de rodas, não possuem nenhum assento que o permita transpor. Os controlos e mecanismos operáveis, não permitem a sua utilização com a mão fechada.

Os vestiários, apesar de apresentarem largura suficiente, a altura dos seus cabides não os tornam adequados.

Por fim, foram identificados e analisados os elementos arquitetónicos dos balneários exteriores (figura 6).



Legenda: A13 a 16 – Portas de acesso ao edifício

Figura 6 - Identificação dos elementos arquitetónicos do edifício dos balneários exteriores

Fonte: Elaboração própria

Todos os átrios do lado exterior das portas de acesso aos balneários não permitem a inscrição de uma zona de manobra, apresentando também uma altura de ressalto superior ao desejado.

Todas as portas dos balneários exteriores possuem largura e altura útil dos vãos, bem como zonas de manobra adequadas. Os puxadores, no entanto, não são adequados.

As bases de duche dos balneários exteriores não possuem nenhum assento que permita a transferência. Os controlos e mecanismos operáveis não permitem a sua utilização com a mão fechada e o chuveiro não é do tipo telefone e encontra-se fixo na parede, pelo que não são adequados.

Os vestiários dos balneários exteriores, apesar de apresentarem largura suficiente, a altura dos seus cabides não é adequada.

6. Discussão de resultados

Relativamente aos aspetos urbanísticos, os principais constrangimentos detetados reportam-se às rampas de acesso ao pavilhão desportivo e aos balneários exteriores. Seria conveniente projetar novas rampas, segundo

INCLUDIT III

as normas técnicas existentes, alterar os seus trainéis pois têm inclinações exageradas, considerar corrimãos de ambos os lados.

Da avaliação da acessibilidade arquitetónica, no edifício principal, seria conveniente que o único ascensor que existe estivesse sempre disponível, pois atualmente é indispensável a presença de um funcionário quando é necessário efetuar o transporte de alguém com mobilidade condicionada. Seria importante também a construção de pequenas rampas de acesso às portas de entrada do edifício, pois à exceção do átrio da porta do edifício principal, todos os outros possuem um ligeiro degrau que impossibilita a passagem para o seu interior, de uma pessoa em cadeira de rodas. No pavilhão desportivo, as zonas de duche não apresentam no seu interior, nenhum assento que permita a transferência de um aluno da cadeira de rodas, nem barras de apoio que permitam a execução dessa tarefa. Era conveniente colocar no seu interior, pelo menos um assento acessível e movível com uma barra de apoio também adequada. Nos vestiários seria também aconselhável a colocação de cabides a uma altura recomendável e seria pertinente modificar uma das instalações sanitárias, de forma a torná-la acessível. A porta de entrada/saída do pavilhão apresenta um degrau com uma altura exagerada e como tal, dever-se-ia rampear a soleira da mesma. Por último, em relação aos balneários exteriores seria necessário rampear a sua entrada/saída, para se poder aceder ao seu interior e deveria tornar-se uma das instalações sanitárias acessível, assim como uma zona de duche.

7. Conclusões

Da análise e diagnóstico da acessibilidade urbanística e arquitetónica da Escola Secundária Pinheiro e Rosa conclui-se que com algumas obras de recuperação pode-se potenciar a acessibilidade física dos espaços, de forma a permitir o acesso e a inclusão de todos os intervenientes no processo de aprendizagem. Algumas barreiras físicas podem ser minimizadas quando as adaptações dos edifícios escolares são efetuadas, diminuindo os constrangimentos bem visíveis no funcionamento das escolas.

A Declaração de Salamanca aponta para a escola regular, como sendo o meio mais eficaz de "combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos" (UNESCO, 1994, p. ix).

O princípio orientador desta Declaração é o de que as escolas devem receber todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sensoriais, mentais, linguísticas, emocionais, sociais, etc.

INCLUDiT III

Em consequência projetar e construir escolas acessíveis é uma das metas a atingir atualmente em Portugal, com vista a uma inclusão social e como tal, o próximo desafio em termos de acessibilidade escolar constitui a efetivação das considerações de acessibilidade atendendo à heterogeneidade individual, para que a autonomia seja alcançada. Quanto mais independente, mais autodeterminado o aluno se sente e mais preparado se encontra para enfrentar a vida futura em sociedade.

Considerando que a temática das acessibilidades físicas é relativamente recente em Portugal, é importante que continuem a ser analisados e intervencionados todos os estabelecimentos que recebem público, independentemente se estão em fase de projeto ou construídos.

Projetar espaços escolares acessíveis, garante a todos os alunos ambientes confortáveis, seguros, atrativos e promotores de mobilidade e autonomia.

Bibliografia

Aranha, S. (2001). Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. Revista do ministério Público do Trabalho, março, pp. 160-173.

Bérrard da Costa, A. M., Leitão, F. R., Morgardo, J., & Pinto, J. V. (2006). Promoção da educação inclusiva em Portugal - fundamentos e sugestões. Debate Nacional sobre Educação. Obtido em 20 de fevereiro de 2014, de http://redeinclusao.web.ua.pt/files/fl_45.pdf

Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de agosto. (2006). Diário da República n.º 152 - I Série. 5670-5689.

Martins, M. F. S. (2005). Inclusão: um olhar sobre as atitudes e práticas dos professores. Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Administração e Planificação da Educação, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

Monteiro, S. M. S. (2011). A atitude dos professores como meio de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Ciências da Educação na Área de Especialização em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, Escola Superior de Educação Almeida Garrett, Lisboa.

Sousa, G. C. M. (2009). O aluno com deficiência motora e a acessibilidade arquitetónica no Ensino Básico. Um estudo de caso: o Concelho de Guimarães. Dissertação para obtenção de Grau de Doutor em Educação, Universidade Lusófona, Porto.

INCLUDiT III

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na área das necessidades das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre necessidades especiais: acesso e qualidade. Salamanca: 7 a 10 de Junho de 1994. Instituto de Inovação Educacional, UNESCO.